

FUNCIONÁRIOS DISCUTEM ALTERAÇÕES NO ACORDO INTERNO

Os funcionários administrativos da PUC-SP encaminharam à Fundação São Paulo uma relação de cláusulas que gostariam de ver modificadas em seu Acordo Interno de Trabalho. As modificações foram sugeridas pela assembleia de 28/2 sobre pontos que a categoria considera que poderiam avançar sobre o atual texto.

Os funcionários propuseram o índice ICV-Dieese como indexador de seus salários para o reajuste de 2011 e acenaram com a possibilidade de um abono, caso as negociações perdessem por um tempo maior.

Os resultados das negociações com a Fundação, serão relatados aos funcionários na assembleia de 17/3, para que a categoria possa se posicionar na elaboração de um novo texto de Acordo Interno. Veja as modificações propostas no quadro ao lado.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELOS FUNCIONÁRIOS	
TEXTO ATUAL	MODIFICAÇÃO SUGERIDA
Capítulo IV - Cláusula 6ª - Auxílio Aposentadoria por invalidez - A Fundasp manterá a vinculação do funcionário ao plano de assistência médica, tendo como referência o Plano da Intermédica Sistema de Saúde - Plano Padrão, pelo período de 5 (cinco) anos.	Suprimir a palavra "invalidez" e trocar o Plano Intermédica pelo Plano Sul América de Saúde.
Capítulo V - Parágrafo 6º - Bolsas - A manutenção da bolsa estará condicionada ao rendimento acadêmico superior a 75% de aprovação. O funcionário ou dependente que apresentar índice de reprovação acima de 25% por dois semestres consecutivos terá a gratuidade suspensa até que consiga aprovação nestas disciplinas.	Alterar o rendimento acadêmico para 70% de aprovação e o índice de reprovação para 30.
Capítulo V - Parágrafo 5º - (...) A bolsa de estudos será concedida exclusivamente para as áreas correlatas àquelas em que o funcionário exerça sua função.	Suprimir o conceito de atividades correlatas para que o funcionário possa cursar outras modalidades na universidade.
Capítulo V - Cláusula 11ª Todo funcionário que não esteja dentro do prazo de experiência tem direito a duas bolsas integrais nos estabelecimentos da Fundasp/PUC-SP.	Ampliar o direito para o Colégio Marillac e UNIFAE.
Capítulo V - Parágrafo 13º - Reembolso auxílio-escola: A Fundasp reembolsará um auxílio escola no valor de R\$ 353,51.	Atualizar o valor para R\$ 400,00.
Garantia de emprego em vias de aposentadoria - Cláusula não prevista no atual acordo.	Fica assegurada a garantia de emprego ao funcionário que comprovadamente estiver a 36 meses de sua aposentadoria, especial ou não.
Capítulo IX - Fica estabelecida multa de 30 UFIR's pelo não cumprimento de cada cláusula.	Atualizar o índice para 30 UFESPs.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

17/3
quinta-feira - 14h - sala 333

- ✓ Acordo Interno de Trabalho
- ✓ Reajuste Salarial 2011

**APROPUC E CAS
ORGANIZAM DEBATE
SOBRE AS
MEDIDAS DO CONSAD**

Pág. 12

Acordo Interno dos professores é assinado

Na sexta-feira, 26/2, APROPUC, Fundação e Reitoria assinaram o texto do novo Acordo Interno de Trabalho, válido até 28/02/2012. As alterações propostas pela assembleia da APROPUC foram aceitas, pelos gestores, o que proporcionou a assinatura naquela data. Veja abaixo as mudanças do texto atual em relação ao anterior.

Acordo Interno de 2010	Texto aprovado	Posição dos professores
Cláusula 1ª. - O presente Acordo Interno é celebrado por prazo determinado a contar de sua assinatura, com efeito retroativo a 01/03/2010, encerrando-se em 28/02/2011.	Cláusula 1ª. - O presente Acordo Interno é celebrado por prazo determinado, no período de 01/03/2011 à 28/02/2012.	Atualização da data de vigência do acordo.
Cláusula 2ª. - O presente acordo coletivo abrange todas as categorias dos Professores da Graduação e Pós - Graduação da FUNDASP de todos os Campi da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, estendido aos Profissionais Técnico e Professores da Escola Especial de Educação Básica da DERDIC.	Cláusula 2ª. - O presente acordo coletivo abrange todas as categorias dos Professores da Graduação e Pós - Graduação da FUNDASP de todos os Campi da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	A APROPUC concordou com a retirada da Deric do Acordo dos Professores, desde que seus profissionais estejam cobertos por outra associação.
Cláusula 3ª - Regime Contratual: O Contrato de trabalho dos Professores da FUNDASP é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Cláusula 3ª - Regime Contratual: O Contrato de trabalho dos Professores é regido pelo regime de Tempo Integral e Parcial, não inferior ao limite de Tempo Parcial 10 (TP 10), composto por horas de docência, pesquisa e extensão.	Os professores concordaram com a alteração proposta pela FUNDASP.
Cláusula 4ª – Os contratos de trabalho dos Professores da FUNDASP devem ser estabelecidos por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo: No caso da contratação de Professor substituto (prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro) a ser avaliada como necessária pelo departamento, após findados 2 (dois) contratos consecutivos por prazo determinado, o mesmo será prorrogado por prazo indeterminado.	Cláusula 4ª – Contrato de Trabalho: Os contratos de trabalho dos Professores da Fundasp devem ser estabelecidos por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo: No caso da contratação de Professor substituto (prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro) a ser avaliada como necessária pelo departamento, após findados 2 (dois) contratos consecutivos, o mesmo será prorrogado por prazo indeterminado	A redação anterior foi mantida.
Cláusula 8ª - Duração da hora/aula/docência: Para os fins do contido no artigo 320 da CLT, considera-se hora/aula/docência o trabalho letivo, em sala de aula, com duração máxima de 50 minutos.	Cláusula 8ª - Duração da hora/aula/docência: Para os fins do contido no artigo 320 da CLT, considera-se hora/aula/docência o trabalho letivo, em sala de aula, com duração máxima de 50 minutos.	Foi mantida a redação inicial atendendo ao que foi decidido em assembleia, suprimindo-se a menção aos 60 minutos da pós-graduação.
Cláusula 9ª - Relação direta de emprego: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios limitados ao período estabelecido pelo contrato do convênio.	Cláusula 9ª - Relação direta de emprego: Fica vedada a contratação de Professor como autônomo, temporário ou através de empresas prestadoras de serviços, exceto para atender demandas de convênios ou cursos oferecidos pela Cogeae (Coordenadoria Geral de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão) limitados ao período estabelecido pelo contrato do convênio ou dos cursos.	Os professores concordaram com a alteração proposta pela FUNDASP, que acrescentou a menção ao Cogeae.
Cláusula 12ª. - Comprovantes de Pagamentos: A FUNDASP se obriga a fornecer mensalmente aos Professores recibo de pagamento da remuneração mensal.	Cláusula 12ª.-Comprovantes de Pagamentos: AFUNDASP se obriga a disponibilizar mensalmente, através do portal acadêmico/administrativo, o recibo de pagamento da remuneração mensal, física e/ou eletronicamente.	Foi mantida a obrigatoriedade de fornecer o holerith em papel.
Cláusula 19ª. - Garantia Semestral de Salários: Serão garantidos os direitos assegurados pela Convenção Coletiva do SINPRO/SEMESP -2010.	Cláusula 19ª. Garantia Semestral De Salários: Serão garantidos os direitos assegurados pela Convenção Coletiva do SINPRO/SEMESP - 2011.	Atualização da data de validade da cláusula.
Cláusula 25ª. - Adicional Auxílio-Escola: A FUNDASP/PUC-SP concederá a título de reembolso Auxílio Escola o valor de até R\$ 371,18.	Cláusula 25ª. - Adicional Auxílio-Escola: A FUNDASP/PUC-SP concederá a título de reembolso Auxílio Escola o valor de até R\$ 400,00.	Atualização monetária de valores.
Cláusula 26ª. - Refeição Padrão - Desconto: Fica assegurado aos Professores com horário integral de trabalho, representando 40 (quarenta) horas semanais ou T.I., o desconto de 50% (cinquenta por cento) no custo mensal da refeição padrão dos Restaurantes Universitários.	Cláusula 26ª. - Refeição Padrão - Desconto: Fica assegurado aos Professores com carga horária igual ou superior a Tempo Parcial 20 (TP 20), o desconto de 50% (cinquenta por cento) no custo mensal da refeição padrão dos Restaurantes Universitários.	Os professores concordaram com a alteração proposta pela FUNDASP.
Cláusula 34ª. - Licença sem Vencimentos: Parágrafo Sexto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Cláusula 34ª - Licença sem Vencimentos: Parágrafo Sexto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Conforme a reivindicação dos professores foi mantida a redação de 2010.
Cláusula 35ª. – Licença para Cumprimento de Função Pública: Parágrafo Quarto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Cláusula 35ª – Licença para Cumprimento de Função Pública: Parágrafo Quarto: Não havendo comunicação de retorno do Professor, decorridos 30 (trinta) dias após o vencimento da licença, será aplicada a legislação vigente.	Conforme a reivindicação dos professores foi mantida a redação de 2010.
XI – Fecho - Cláusula 45ª : Fica mantido o Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista nos termos previstos pelo artigo 625-C da Consolidação das Leis do trabalho, com redação dada pela Lei 9958 de 12 de janeiro de 2000.	XI – Fecho - Cláusula 45ª: Situações não previstas neste Acordo serão tratadas nos termos da CLT e Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.	Professores aceitaram a mudança proposta pela FUNDASP.

APROPUC alerta aos professores a não assinarem a proposta de acordo individual da Fundação São Paulo

Prezado(a) professor(a)

Mais uma vez, a Fundação São Paulo tenta negociar individualmente com os professores a dívida trabalhista de 2005, propondo aos docentes a renúncia a um direito de Acordo Coletivo. Essa conduta é ilegal, uma vez que vai contra princípios jurídicos consagrados em nossa Constituição e na CLT.

Ao contrário do que informa o documento enviado à residência dos professores, a APROPUC fez várias propostas para se chegar a um acordo com a Fundação São Paulo, só optando pela via legal quando os professores avaliaram que as proposições dos gestores não repunham minimamente os percentuais que foram estipulados pela Convenção Coletiva de 2005, referente ao pagamento do reajuste de 7,66% dos salários.

Na quinta-feira, 24/2, aconteceu uma audiência no Fórum Trabalhista entre APROPUC, Sinpro-SP e Fundação São Paulo, na qual ficou definido o dia 10/4 para a promulgação de uma sentença sobre o caso. Os advogados do Sinpro-SP e da APROPUC avaliaram que não há como a sentença ser adversa aos professores

da PUC-SP, uma vez que se trata de matéria de Direito.

Por outro lado, fica a pergunta: qual será o próximo direito garantido do docente a ser suprimido? Não podemos retroagir nas conquistas trabalhistas, tampouco admitir que sempre prevaleça o ato unilateral do empregador, em detrimento aos direitos dos professores, principalmente considerando a natureza alimentícia do salário.

Nesse sentido, a APROPUC propõe A NÃO ASSINATURA de mais esta proposta da Fundação São Paulo, uma vez que ela não contempla um direito dos docentes que já está incorporado aos vencimentos pelas demais escolas particulares de São Paulo. E que, mais cedo ou mais tarde, deverá ser incorporado aos salários docentes da PUC-SP através da decisão judicial.

Professor, no caso de sentença favorável aos docentes, os colegas que assinaram o acordo individual terão aberto mão de seus direitos e não receberão aquilo que lhes é devido pela Fundação São Paulo.

Maiores informações entrem em contato com a APROPUC: contato@apropucsp.org.br

Sessão extraordinária rediscute o papel do Consun na universidade

A sessão extraordinária do Conselho Universitário (Consun) de 2/3 foi marcada, principalmente, pela discussão sobre a função que o Conselho exerce hoje na universidade. O novo estatuto da PUC-SP introduziu o Conselho Superior de Administração (Consad) que delibera sobre questões econômico-financeiras. Como a maioria das questões da universidade envolvem aspectos financeiros, o Consad legisla sobre o Consun, fazendo com que as decisões do Conselho Universitário, muitas vezes, sejam letra morta.

O professor Marcos Mazzeto, da Faculdade de Educação, ressaltou que em 2010 os debates que ocor-

reram no Consun foram produtivos, mas que, ao final do ano, com dois atos (nº 01 e 02/2011), o Consad "atropelou" tudo o que foi debatido. "Será que aquilo que fazíamos no Consun era somente uma discussão verbal?", indagou.

Na sequência vários conselheiros se manifestaram criticando principalmente a postura do Conselho em relação à sua Comissão de Contrato, que na prática foi desautorizada pelas deliberações do Consad. Nesse sentido o professor Luiz Augusto de Paula Souza, o Tuto, expressou com mais propriedade a inquietação de boa parte dos conselheiros: "Passamos uma semana na

mídia por causa de medidas intempestivas do Consad. Este Consun deveria discutir a extinção da deliberação 02/2011, mas ele está esvaziado de suas funções", concluiu o professor.

Já os professores Vidal Serrano, representante da Fundação São Paulo, e a professora Alexandra Geralini, defenderam o papel que o Consun vem desempenhando e qualificaram como positivos os debates ocorridos no ano passado. Ao final surgiu a questão de como a comissão de Contrato de Trabalho poderia continuar a funcionar. O professor Marcos Mazzeto, que havia pedido afastamento da Comissão

na sessão anterior do Consun, afirmou que poderia rever a sua posição caso fossem adotadas algumas medidas pelo Conselho Universitário. Para ele, o Consun deve reavaliar o ato 01/2011 assinado pelo Consad e que inviabilizou as discussões da Comissão; o Consun e o Consad devem criar uma rotina de discussões entre os dois Conselhos e, por fim, a comissão deve retomar os seus encaminhamentos para que sejam discutidos tanto no Consun como no Consad.

A cobertura completa da reunião do Consun pode ser encontrada no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br

Continua luta pela redução da tarifa de ônibus

Na quinta-feira, 10/3, ocorreu mais um ato contra o aumento da passagem de ônibus e metrô.

Com cerca de 350 manifestantes, o ato começou por volta das 17h na avenida Brigadeiro Faria Lima, próximo ao Shopping Iguatemi, seguindo no sentido da avenida 9 de Julho. Os manifestantes se dirigiram dessa vez à casa do prefeito Gilberto Kassab, levando um boneco para parodiá-lo que depois foi queimado.

Novos panfletos foram distribuídos convocando um novo ato para o dia 17/3, quinta-feira, às 17h, em frente ao Teatro Municipal.

O prefeito de São Paulo está visitando a França para participar de uma feira internacional de negócios imobiliários, em Cannes. Kassab esteve em Paris para um encontro com o prefeito da capital francesa e foi recebido por cerca de 20 manifestantes que carregavam faixas como "Kassab nós também estamos aqui", "Kassab o mundo todo sabe", assinado pelo MPL (Movimento Passe Livre).

Além da visita à casa do Kassab, outros oito grandes atos ocorreram em São Paulo, todos com massiva presença de estudantes e forte contingente policial, chegando, inclusive, à repressão contra os manifestantes.

APOIO A VINICIUS BOIM

No dia 22/2 foi realiza-

do na Prainha um ato em repúdio à violência policial sofrida por Vinicius Boim, pós-graduando em Serviço Social pela PUC-SP. A promoção da atividade ficou por conta da APROPUC e pelo Centro Acadêmico de Serviço Social. O curso de Serviço Social também paralisou as aulas para ir ao ato.

Na ocasião, além das pessoas e entidades presen-

tes na PUC-SP e relatadas na edição 772 do *PUCviva*, também participaram do ato a Anel (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre), PSTU, Psol, LER-QI, PCB e Construção Coletiva.

A APROPUC também recebeu moções de apoio que não foram citadas na matéria da semana passada, como o Conselho Federal de Serviço Social, Curso de Gra-

duação de Serviço Social e Centro Acadêmico de Serviço Social das federais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, e Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-SP.

A professora Rosalina Santa Cruz, impossibilitada de comparecer ao evento, também escreveu uma nota que foi lida no ato na PUC-SP e cuja íntegra transcrevemos nesta página.

Viva a vida, viva a luta. Abaixo a repressão.

Abaixo transcrevemos a carta que a professora de Serviço Social Rosalina Santa Cruz enviou para ser lida no Ato contra a repressão na Prainha.

Saí recentemente do Hospital e, por isso, não pude estar presente no ato contra a repressão realizado na Prainha.

Mais uma cirurgia, esta muito complicada, tive um começo de hemorragia e algumas outras complicações. Morri de medo, medo de morrer e deixar meus afetos, minhas pequenas lutas, meus netos, meus filhos, amigos, meus alunos. Aí doeu as pernas, chorei.

Juro que senti tudo isso, pois sou medrosa mesmo e apegada à vida...

Mas no hospital uma notícia dessas que nos chegam meio por acaso me fez fugir, mas só um pouquinho, da minha própria dor, foi a notícia do espancamento do Vinicius.

Curiosa fui para internet olhar os emails e li os jornais.

Fiquei chocada com as cenas que mostram a forma violenta e cruel da repressão do governo do estado de São Paulo, a forma como a polícia militar e sua tropa de choque tratam os estudantes e outros manifestantes que protestavam contra o aumento abusivo do ônibus em São Paulo.

Olho as cenas e vejo caído no chão pisoteado, sangrando muito, com o rosto marcado pela dor, o Vinicius, nosso companheiro, ex-aluno, amigo de muitas descobertas e lutas. Chocantes as cenas que vi, que barbaridade, muitos sentimentos e lembranças afloram: raiva, revolta, 1969, 1970, você nem era nascido. No seu rosto marcado pela dor vi Fernando, David, Honestino, Edson Luiz e os meninos do projeto - Paulinho, Nadson, Karina, esses que andam de ônibus - quando podem e até acham normal apanhar da polícia. Vinicius, sei que você sabe e fica indignado que neste mesmo momento uma crian-

ça, um homem, uma mulher, um velho estão sendo espancados como você foi, só que às escondidas, em escuros porões, sem defesa com a justificativa que são bandidos.

Juntos no projeto Refazendo Vínculos andamos pelos becos de Heliópolis, nos albergues e nas ruas para resgatar adolescentes vítimas de violência tão cruel como a que você sofreu.

Vinicius lembro você coordenando os protestos contra a implantação da política de Proteção Especial em São Paulo. Questionando nas orientações de TCC, nas reuniões de supervisão, na sala de aula, na monitoria. E outras lembranças mais.

Pois é, fraturaram o narizinho (lindinho do Vinicius) mas nem arranharam a sua decisão de luta e a sua grande coragem de se posicionar a favor do comunismo.

Viva a vida, viva a luta. Abaixo a repressão.

Rosalina Santa Cruz

Comissões apresentam primeiros resultados

A assembleia da APROPUC de 15/2 elencou uma série de tarefas para que os professores tentassem entender melhor as mudanças pelas quais a PUC-SP passa. Um dos primeiros resultados deste esforço é o texto que reproduzimos nesta página

PRECARIZAÇÃO NÃO É POSSÍVEL.

PRECARIZAÇÃO CONTÍNUA MATA NÃO SÓ A QUALIDADE DO ENSINO.

MATA A ÚNICA E REAL QUALIDADE QUE PUC TEM: O COMPROMISSO IRRESTRITO DE SEU CORPO DE PROFESSORES COM A INSTITUIÇÃO, COM OS ALUNOS E COM O CONHECIMENTO.

Pelo que a PUC não é reconhecida:

- A PUC não é considerada por sua infraestrutura com equipamentos ultrapassados.

- A PUC não é reconhecida por seus lindos prédios e salas de aula.

- A PUC não é respeitada por sua estrutura administrativa cada vez mais caótica.

- A PUC não é famosa por seu equilíbrio financeiro.

- A PUC não garante as salas cheias pelo calor que os alunos sentem em sala de aula.

- A PUC não é reconhecida por suas baixas mensalidades.

- A PUC não é famosa por apoiar a ida de seus professores a congressos

- A PUC não é famosa por dar incentivos à produção acadêmica dos professores.

- A PUC não é reconhecida pelas condições de trabalho ao professor

- A PUC não arca com os custos de sala, computador, telefone, impressora, acesso à internet: os professores são obrigados a trabalhar em casa arcando com os custos. Até o estacionamento são obrigados a pagar para dar aulas.

O que ainda faz a PUC o que é hoje:

- A PUC só é reconhecida pela qualidade de seus cursos e de seus professores.

- A PUC só é reconhecida por sua participação no debate acadêmico.

- A qualidade de seus cursos é dada pela qualificação e excelência de seus professores.

- Os professores da PUC são reconhecidos nacional e internacionalmente.

- São os professores da PUC que levam seu nome às instituições sociais e políticas.

- São os professores da PUC que a representam na nos congressos acadêmicos nacionais e internacionais.

- São os professores da PUC que carregam a marca nas diversas instituições e associações acadêmicas em que atuam.

- São os professores da PUC que escrevem artigos de modo a contribuir ao debate intelectual.

- São os artigos e a inserção acadêmica dos professores que fazem da PUC instituição de referência.

- O que atrai os alunos é a qualidade dos cursos, dada por esses professores com essas características.

- O que atrai os alunos é a possibilidade de entrar em um debate de alto nível e aprender com isso e levar tudo às suas atividades profissionais.

- São esses professores que formam os alunos para sua inserção social em alto nível.

- É a formação e qualificação dos professores que forne-

cem a melhor qualificação aos alunos.

- Por isso, a PUC forma alunos diferenciados para o mercado de trabalho e para a sociedade.

- Em todos esses pontos a PUC é reconhecida e se faz reconhecer.

A questão central:

- O que faz a PUC é o compromisso de seus professores, sentido pelos alunos.

- Acabar com esse corpo de professores significa acabar com a PUC.

- Formar um novo corpo de professores leva décadas de trabalho e joga tudo fora: significa acabar com a PUC.

- Precarizar o trabalho dos professores é eliminar o que faz a PUC a instituição que é.

O que um professor precisa fazer para garantir o que a PUC ainda é:

- Dedicar-se de maneira incansável ao conhecimento, ao novo.

- Participar do debate nacional e internacional levando o nome PUC.

- Por isso, ir a pelo menos dois congressos por ano.

- Escrever e publicar pelo menos um artigo por ano.

- Escrever livros para tornar pública e trazer reconhecimento para a instituição PUC.

- Titular-se, o que significa

inserir-se de forma crescente no debate da ciência e formação.

- Representar a PUC em sua área de atuação em todas as instâncias externas.

- Trazer o debate externo para a reflexão e formação dos alunos.

- Aprimorar constantemente suas aulas diante do debate nacional e internacional.

- Trazer a realidade científica e profissional para dentro da sala de aula.

- Por meio dessas atividades, garantir uma formação de excelência para seus alunos diferenciarem-se no mercado de trabalho e na sociedade.

A precarização vem gradativamente destruindo o corpo de professores:

- Elevou o número de semanas em sala de aula de 15 para 17.

- Em 2006 forçou a demissão de parte de seu corpo docente de elevada qualificação e abriu a contratação para novos professores com salários inferiorizados.

- Em 2005 aplicou a maximização sobre auxiliares de ensino, mestres e doutores.

- Constituiu uma nova "classe" de professores com contrato precário.

continua na próxima página

continuação da página anterior

● Professores precários com contratos precários têm baixo compromisso com a PUC.

● Desde 2005 impede a promoção na carreira de professores que se titularam.

● Em 2011 ampliou a maximização para todos os níveis incluindo associados e titulares.

● Exerce pressão para eliminar cursos renomados, privilegiando a ótica financeira.

A precarização crescente do trabalho docente acaba com o que a PUC tem:

● Destroi os históricos laços de compromisso do professor com a PUC.

● O professor é preterido diante da lógica administrativa/financeira.

● O professor torna-se um operário do ensino que trabalha por hora.

● O professor é obrigado a trabalhar horas excessivas.

● Não há qualquer respeito às atividades acadêmicas e científicas.

● O professor vê suas atividades reduzidas exclusivamente à sala de aula.

● Não deixa tempo para o que realmente diferencia a PUC como instituição séria.

● Acaba com o professor fisicamente.

● Aprimoramento científico e a pesquisa que diferenciam a formação do aluno na PUC são preteridos.

● Com a maximização geral os professores:

◆ São obrigados a ministrar disciplinas diferentes, fora de sua área de especialização, diminuindo a qualidade dos cursos.

◆ Trabalham com número excessivo de alunos (grandes cursos chegam a 250) quase sem tempo para preparar aulas ou corrigir provas.

◆ Os mais jovens não dispõem de tempo para titulação.

◆ Os mais velhos dispõem de tempo apenas para os alunos.

◆ Cálculos mostram que um professor com 5 turmas de 50 alunos gasta 41 horas por semana em aulas (4 horas/dia), preparação de aulas (2 horas/dia), correção de provas, lançamento de notas e faltas e reuniões acadêmicas.

◆ Não sobram horas para quaisquer outras atividades.

◆ A maximização e as 17 semanas elevaram em mais de 30% a carga de trabalho semestral dos professores em relação às regras tradicionais.

◆ Os professores vêm aceitando tudo pacificamente, mas com perda de qualidade visível em suas atividades.

O que se observa na PUC como resultados:

● Desprezo total à titulação e progressão científica dos professores.

● A PUC não consegue mais contratar ou manter os melhores professores por conta dos contratos precários e baixos salários

● Os professores antigos estão gradativamente perdendo comprometimento histórico com a instituição.

● Os professores novos não estabelecem laços de compromisso acadêmico sério e são obrigados a dar aulas em outras instituições para completar os baixos salários.

● Aqueles que querem aprimorar-se cientificamente, participar dos debates, escrever artigos, participar de congressos, são obrigados a trabalhar de 14 a 16 horas por dia, fins de semana e feriados.

Como é possível dessa forma manter, apenas manter, a qualidade em ensino e pesquisa que a PUC tem hoje e vem sendo destruída?

Para a maioria dos professores, apenas não é possível!

A APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA REVISTA PUCVIVA 37

HAITI

APRESENTAÇÃO:

PROF^a DR^a MARIA LÚCIA BARROCO

PROF. DR. ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

MESA COM:

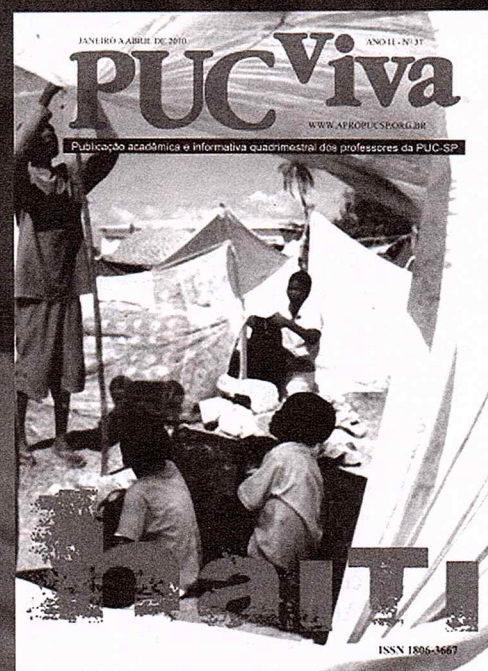
PROF. DR. OSVALDO COGGIOLA – USP

OTÁVIO CALEGARI – UNICAMP

FRANCK SEGUY – SOCIÓLOGO Haitiano

SIMONE ISHIBASHI – REVISTA Estratégia Internacional

**DIA 16/03/2011, ÀS 19H
AUDITORIO 333, PREDIO NOVO, PUC-SP**



Curso de Direito terá média sete a partir de 2012

O Conselho Departamental do curso de Direito se reuniu na quinta-feira, 10/3, para decidir sobre o aumento da média de aprovação do curso que passou de cinco para sete. O aumento da média foi aprovado juntamente com uma prova de recuperação, e só será efetivado em 2012.

O processo de mudança da média do curso e do fim do exame se iniciou no dia 21/2 em uma reunião do Conselho da Faculdade, da qual a representação discente não havia sido avisada.

Após contestação dos estudantes, a decisão sobre esse processo foi adiada para a quinta-feira, 10/3, na semana do carnaval.

A mobilização contra essa mudança foi grande, e já na quinta-feira, 3/3 aproximadamente 400 estudantes foram da Prainha à secretaria da faculdade Direi-

to em ato para protocolar um ofício que exigia uma audiência pública para debater a questão.

Cerca de 50 estudantes estavam presentes na reunião do dia 10 e além de contestar o aumento da média, solicitaram a aprovação do pedido de audiência pública.

RAZÕES DA DIREÇÃO

As justificativas da direção da faculdade para essa mudanças são as notas baixas tiradas pelos estudantes no ENADE e a diminuição da aprovação no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

Em documento divulgado pela direção, afirma-se que o índice de aprovação na OAB vem caindo. No ano de 2002 a PUC-SP

tinha em média 84% de aprovação no exame, já em 2009 caiu para 64,6%.

Já no ENADE a média caiu de 5, em 2006, para 3, em 2009.

Para os estudantes, a medida resultará no aumento do número de dependências (DPs) dos estudantes, criando um processo muito lucrativo para a universidade. O curso de Direito custa em média cerca de R\$ 1600,00 e cada dependência cerca de R\$200,00.

Os estudantes também argumentam que outras universidades que têm boas médias de aprovação na OAB mantêm essa média semestral, que sempre foi a de referência na universidade quando a aprovação nesse exame era maior. Para eles, isso indica uma mercantilização do ensino.

PRINCIPAIS AFETADOS

Essa mudança prejudicará principalmente os bolsistas, que para manter sua bolsa na universidade, só podem acumular 3 dependências.

Em sua carta, a direção da faculdade afirma também que "um pequeno grupo de estudantes de direito, simplesmente pretendendo reiniciar uma campanha política que já se acabou (com sua derrota), utilizem a liberdade de expressão para retorcer os fatos".

Essa interpretação é colocada pelos estudantes em sua carta como "uma aversão à democracia e à participação política até então inesperada em uma instituição supostamente comprometida com a mesma."

FALA COMUNIDADE

A máfia das DPs ataca novamente

Carta do Grupo Construção Coletiva em resposta ao documento da Direção da Faculdade de Direito da PUC-SP.

Frente às recentes mobilizações estudantis, a Direção da Faculdade de Direito, agindo com um grau de agressividade e nervosismo até então incomum, disparou um "Manifesto" com duras (e infundadas) críticas ao Grupo Construção Coletiva. A medida, uma clara resposta à ampla e difusa oposição estudan-

til contra propostas de alteração do regime de avaliação do curso, revela uma indisposição ao diálogo que beira o assustador.

Além da defesa confusa de uma série de medidas antipedagógicas - que no seu todo compõem uma verdadeira contra-reforma acadêmica - o documento da direção revela diversas concepções e princípios antagônicos ao histórico democrático da PUC-SP, somado a uma série de erros em re-

lação ao funcionamento interno da Universidade.

Podemos iniciar pela completa (e porque não, assustadora) ignorância apresentada em torno do conteúdo do Regimento da Faculdade. A Direção, em seu "Manifesto", alega ter devidamente convocado os "representantes indicados pela atual gestão" para ocupar as cadeiras da representação discente do Conselho da Faculdade. Tudo indica, infelizmente, que a Di-

reção sequer conhece as regras do Conselho que ela mesma dirige. Uma vez que tais cadeiras devem ser ocupadas não por estudantes "indicados" pelo Centro Acadêmico, mas sim ELEITOS diretamente pelo corpo estudantil, conforme expresso no art. 5º, § 3º do Regimento da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica:

continua na próxima página

continuação da página anterior

"A eleição dos representantes discentes será realizada no mês de novembro de cada ano, por convocação do Centro Acadêmico "22 de Agosto" e da entidade representativa dos estudantes do programa de pós-graduação, a quem compete a organização do pleito. Caso não convocada a eleição dentro do prazo, a Direção da Faculdade convocará assembleia geral dos estudantes do curso de graduação para escolha da representação discente" [grifo próprio].

Além do mais, é de causar espanto um "Manifesto" vindo da mesma Direção que em 18 de maio do ano passado, em Audiência Pública com o Centro Acadêmico (Gestão 2010), e mais tarde, em reunião do próprio Conselho da Faculdade reconheceu a legitimidade da existência de cinco representantes discentes no conselho, tendo sido estes devidamente eleitos nos termos do seu próprio regimento. Tal declaração reflete o caráter esquizofrênico da Direção, que atenta contra a memória de centenas de estudantes que presenciaram seu posicionamento público.

Posto de lado os erros e a ignorância a respeito das normas que regem o Conselho da Faculdade, a Direção novamente se mostra completamente incapaz de ir para além de uma crítica rasa ao desempenho acadêmico da faculdade, na qual os estudantes são postos como os únicos responsáveis por todos os males da Instituição. Ao invés de propor mudanças estruturais à Faculdade e à Universidade, como o fim da maximização dos contratos

dos professores, o incentivo à pesquisa e à extensão, uma política séria de atualização e valorização da biblioteca, o fortalecimento do Escritório Modelo e uma real avaliação dos professores (questão na qual a própria Direção admite sua incompetência, mas novamente coloca a culpa sobre os estudantes), a Direção busca esconder os problemas da Universidade para debaixo do tapete, buscando bodes expiatórios para seus problemas.

Se a Direção é mesmo contrária ao processo de

DE é tão pouco representativo da realidade acadêmica dos cursos, que a própria USP, de forma institucional, assim como boa parte do movimento estudantil - inclusive do direito da PUC/SP- boicota a prova. Enquanto a Faculdade de Direito da USP ignora o ENADE ao ponto de boicotá-lo, a Direção da Faculdade da PUC-SP parece encontrar em tal exame sua razão de ser.

Tal concepção deturpada de educação se reforça na idéia de que o aumento da média ira mecanicamente melhorar o desempenho

nifestação e mobilização política que não perpassa necessariamente pela instituição do Centro Acadêmico.

Seu ódio à organização autônoma dos estudantes, não necessariamente vinculados a uma instituição, revela uma aversão à democracia e à participação política até então inesperada em uma instituição supostamente comprometida com a mesma. Destaca-se que a mobilização estudantil em oposição à contra-reforma acadêmica da direção já acumula por volta de 1.000 assinaturas...

Como se não bastasse, a Direção da Faculdade de Direito, frise-se, de direito, mostrou-se distante e claramente incomodada com um dos princípios basilares da Constituição Federal brasileira e, por conseguinte, seu Estado Democrático de Direito. Ao tratar da liberdade de expressão como um mero capricho dado aos estudantes pela Universidade e, por sua vez, utilizado por eles para "desrespeitar regras universitárias" (!), a Direção, de modo conveniente, "esqueceu-se" de que isto é um direito assegurado a todos, livre de qualquer condição ou limitação.

Enquanto estudantes comprometidos com a democracia na nossa Universidade, com a excelência acadêmica de nosso curso e com o direito à mobilização política, não nos curvaremos a intimidações de uma administração autoritária, desrespeitosa e avessa aos interesses dos estudantes. Não temos medo, nem nos intimidaremos frente aos ataques feitos pela Direção à mobilização estudantil.

**TODO APOIO A
LUTA CONTRA O AUMENTO DA MÉDIA!
NÃO PASSARÃO!!!**

Grupo Construção Coletiva.

Soma-se a isto a insistência da Direção em colocar o exame da OAB e o ENADE como fins únicos de um curso de graduação. Nossa Direção parece acreditar ser possível se comensurar a excelência acadêmica de um espaço a partir de dois exames que em poucas horas pretendem medir 5 anos de graduação e o todo de uma vida universitária.

mercantilização no ensino que a PUC vem passando nos últimos anos, como se posiciona no já referido "Manifesto", propomos, então, que o Conselho da Faculdade faça uma moção de repúdio à maximização do contrato dos professores, ao aumento das mensalidades e contrária também à DPs pagas.

Soma-se a isto a insistência da Direção em colocar o exame da OAB e o ENADE como fins únicos de um curso de graduação. Nossa Direção parece acreditar ser possível se comensurar a excelência acadêmica de um espaço a partir de dois exames que em poucas horas pretendem medir 5 anos de graduação e o todo de uma vida universitária.

Destaque-se, entre inúmeros pontos, que o ENADE

dos estudantes no exame da ordem. O raciocínio, sem qualquer fundamentação baseada na realidade (basta recordar que na época em que a própria PUC era "primeira na OAB", sua média era 5 e não 7), parece indicar que a Direção desconhece que as universidades com melhor desempenho no exame têm média 5. Soma-se a isto que o aumento da média necessariamente afetará o tempo disponível dos estudantes a participar de projetos de pesquisas acadêmicas (esta sim, uma necessidade latente para a melhora do nosso curso), pois serão impedidos pela política aulista da Direção.

Mas de todos os absurdos defendidos pela Direção da Faculdade, talvez o mais aviltante seja seu profundo ódio a qualquer tipo de ma-

FALA COMUNIDADE

Mudando de lugar para lutar melhor - minha saída da diretoria da APROPUC

Lúcio Flávio Rodrigues
de Almeida

Ao esclarecer porque me retirei da diretoria da APROPUC em 18 de dezembro de 2010, espero cumprir uma obrigação política e contrariar dois roteiros tradicionais: 1) vociferar contra quem ficou; 2) sair de fininho, por receio de manchar o próprio currículo ou por falta de alternativa democrática ao que se rejeita.

Como escrevi à diretoria, orgulho-me de ter participado, de agosto a dezembro/2010, da nova gestão. A APROPUC, que estava à deriva, reinseriuse na PUC-SP, conquistou vitórias parciais importantíssimas e readquiriu, em um contexto bem mais difícil, posição de referência para as lutas dos trabalhadores, especialmente nas universidades. Foi bom demais!

Em contrapartida, observei que "faltou um melhor tratamento de nossas divergências" e que a burocratização no plano formal se articulou, no substantivo, à redução do círculo decisório. Enfim, deixei claro que não ignorava "o quanto minhas limitações pessoais impediram que estas questões tomassem outro rumo".

Ou encaramos esta questão da democracia não liberal de frente ou, para além dos "ismos" que adotamos, reproduziremos simulacros das mesmas tragédias em que descambaram as tentativas de transição para o socialis-

mo no século XX. Não adianta falarmos em emancipação humana ao depositarmos nossa cota de contribuição à barbárie.

Em aparente paradoxo, a cada vitória que conquistávamos as relações entre as principais cabeças-duras (a minha era uma delas) tensionavam. Até porque, como jamais discutíamos nossos projetos, nunca ficava claro o que era vitória ou derrota. No início, colhíamos força de nossa vulnerabilidade, unindo-nos para o que desse e visse (um grande momento foi a Audiência Pública). Depois, não sabíamos se era hora de comemorar ou cassandrear. Restava a alternativa: diálogo franco sobre o que se pretende da vida e negociação acerca dos pontos básicos; ou queda de braço permanente com um discurso para cada ocasião e perda de capacidade de ação conjunta sem que um instrumentalize o outro. Infelizmente, fomos longe demais na segunda alternativa. Daí, por exemplo, as batidas de cabeça que quase jogaram por terra nosso bom desempenho durante a última ocupação estudantil da Reitoria. O desprezo pela direção coletiva chegou ao ponto de produzir a afirmação de que não adiantava muita conversa porque a diretoria era "inorgânica". Não era nem é. Mas é só dar uma força que pode ficar.

Arrisco um palpite: a contração do círculo decisório e a consequente burocratização não foram irrelevantes para a passividade

de da diretoria em um momento crucial das lutas em defesa de nossas condições de trabalho e da qualidade acadêmica da universidade.

Em 15 de dezembro de 2010, quarta-feira, a diretoria da APROPUC se reuniu mas foi incapaz de formular uma diretriz de luta contra a nova ofensiva maximizadora que, pela manhã, a Reitoria/Fundasp sinalizou. Suponho que daquela reunião partiu a encomenda de um editorial de denúncia, no *PUCviva*, do aumento salarial dos deputados e senadores. No dia seguinte, a diretoria realizou sua cerimônia de confraternização e praticamente encerrou suas atividades anuais. Na manhã de sexta-feira, o Consad aprovou a maximização da maximização e, à noite, ficou pronto o último *PUCviva* do ano. No editorial, feroz torpedo contra os vencimentos dos parlamentares. E nenhuma diretriz de resistência concreta à hipermaximização que se prenunciava. Mas Sarney e seus companheiros tremaram nas bases.

Tive tempo de criticar, sem contra-argumento, o editorial ainda na manhã de sexta. Considerei-o reformista e, sobretudo, inoportuno, pois nos desviava de nossa luta mais premente. Mesmo assim, o intrépido editorial saiu assinado pela "Diretoria Executiva". Ou seja, fiz uma crítica pela esquerda e a reação veio pela direita. "Solucionou-se" uma questão política da mai-

or importância pelo descarte do divergente. O pior é que qualquer observador minimamente atento perceberia, pela simples leitura do jornal, que a diretoria da APROPUC baixou a guarda. Hibernou e se desproveu de meios para resistir a qualquer ofensiva sobre os contratos de trabalho. O pretensão radicalismo do editorial não disfarçava o autoritarismo de sua aprovação (por quem? como?) e uma objetiva capitulação sem luta. Na manhã de sábado, 18/12, peguei o boné.

Departamentos e programas de pós-graduação tentaram resistir à deliberação expedida pelo Consad/Reitoria em 13/01/2011, mas de maneira desenhonrada. Acabaram revidando os contratos. Ignoro o que teria acontecido caso a diretoria da APROPUC se apresentasse combativamente, o que corresponde ao seu perfil. Mas fez falta.

Os últimos números do *PUCviva* destacam a rápida negociação sobre o recém-assinado acordo interno de trabalho. Ora, sem negar a importância desta vitória, é bom não confundir a conquista em outubro/2010, no bojo de um processo de acumulação de forças justamente para que melhor enfrentássemos a ofensiva sobre os contratos de trabalho e a própria existência da APROPUC como interlocutora legítima da Fun-

continua na próxima página

continuação da página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Mulheres em luta pela igualdade e fim da opressão

dasp/Reitoria. A atual assinatura sucede uma derrota que corre o sério risco de ser estratégica. Neste contexto, mesmo avanços significativos, como o aprofundamento da inserção em lutas mais gerais, inclusive de denúncia conseqüente ao parlamento nas democracias liberais, podem, no futuro, carecer de bases sólidas no interior da universidade.

Cabe à APROPUC, o mais democrático dos espaços no interior da PUC-SP, buscar os meios de absorver a derrota. O que passa por: 1) um rápido e intenso trabalho de recomposição das forças que se dispõem a preservar o que sobrou das conquistas democráticas e dos avanços acadêmicos umbilicalmente ligados a elas; 2) derrotar, dentro da diretoria, a confusão entre organicidade e monolitismo.

Espero que o debate franco e fraterno contribua para o aprofundamento das lutas democráticas também no interior de nossa entidade. Até pelo singelo motivo de que minha crítica segue na contramão de um acentuado preconceito que, expressando servilismo ante os poderosos do momento, atribui ao "radicalismo" das diretorias da APROPUC os males que nos afligem, desde unha encravada à tropa de choque no campus ou ao impasse em torno dos atrasados salariais.

Desta vez, se algo falou foi justamente atenção para a raiz do problema.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do Departamento de Política e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

O Dia Internacional das Mulheres no Brasil caiu, neste ano, justamente na terça-feira de carnaval. Em São Paulo, para que o tradicional ato político não fosse esvaziado foi transferido para outra data.

Marcado para o sábado, dia 12, a concentração aconteceu às 9h, no Centro de Mídia Independente (CMI), na rua da Consolação, nº 65. O ato foi construído por diversas entidades, como a Marcha Mundial de Mulheres, diversos partidos, sindicatos, coletivos, pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), Centros Acadêmicos e Coletivos Feministas da PUC-SP e da USP.

Mesmo em pleno carnaval, a data não passou em branco. Em diversas cidades blocos feministas se organizaram, como o bloco "Adeus, Amélia", em São Paulo, e o "Maria vem com as outras", no Rio de Janeiro, cantando clássicas marchinhas de carnaval com letras feministas, para questionar também o caráter machista dessas músicas e a mercantilização do corpo da mulher.

A data escolhida para esse dia remete a uma grande greve das tecelãs russas no dia 8 de março de 1917, ação que deu pontapé inicial para Revolução Russa. Historiadores acreditam que essa greve seja provavelmente o motivo que levou em

1921, na Conferência Internacional de Mulheres Comunistas, a fixação dessa data como Dia Internacional das Mulheres. Em 1910, a alemã Clara Zetkin propôs que fosse criada uma data internacional para esse dia, antes comemorado em cada país em diferentes datas.

O ato desse ano tem como bandeiras principais a luta contra a violência à mulher, a legalização do aborto, a igualdade salarial e políticas públicas para garantia da autonomia econômica das mulheres.

CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em São Paulo as maiores reivindicações são em razão da ineficiência da aplicação da Lei Maria da Penha, que modificou o código penal brasileiro, possibilitando desde a prisão preventiva do agressor à proibição da aproximação dele à mulher agredida. A lei não é aplicada com eficácia devido a falta de estrutura para a proteção e assistência às mulheres que sofrem com a violência doméstica.

O poder público não investiu o necessário para que as delegacias da mulher fossem ampliadas e casas abrigos com a infraestrutura e proteção fossem construídas, para que assim as mulheres pudessem denunciar seus agressores tendo a segurança de

um local para proteger sua família.

Outra questão levantada no manifesto assinado por diversas entidades é que "O Brasil é o único país da América Latina que ainda não assinou a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e determina que a responsabilidade com o cuidado das crianças e da família deve ser compartilhada".

SALÁRIOS MENORES PARA TRABALHO IGUAL

De acordo com pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as mulheres brasileiras ganham em média 75,7% do salário pago aos homens para desempenhar a mesma função. Nos cargos com nível superior completo, a diferença de remuneração é maior ainda, apenas 63,8% do salário deles é pago a elas.

No sábado as mulheres marcharão em busca dos seus direitos, contra o machismo, e também por uma mídia que as represente em sua totalidade e não como símbolos sexuais mercantilizando seus corpos.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Moradores do M'Boi Mirim na luta por transporte de qualidade

No dia 4/3, cerca de duas mil pessoas realizaram um protesto na estrada do M'Boi Mirim, na zona sul de São Paulo, por melhorias no transporte público da região. Os manifestantes saíram do Terminal Jardim Ângela e caminharam até à subprefeitura, reivindicando transporte público de qualidade. A região é conhecida por ter um dos piores transportes da cidade, com ônibus em estado de conservação precários, extremamente lotados e trânsito caótico. Os manifestantes também lembraram o aumento de R\$ 3, acima de inflação.

A redação do *PUCviva* apurou que a manifestação ocorreu de forma instantânea, no momento em que os trabalhadores estavam parados no trânsito em ônibus lotados. Revoltados, decidiram caminhar em marcha até a subprefeitura, marcando o quinto protesto organizado na região.

Os manifestantes conseguiram criar uma comissão de negociação com o subprefeito da região e o Secretário de Transporte de São Paulo. Onze lideranças comunitárias irão intermediar as negociações.

Os moradores da região

reivindicam, além de melhorias na qualidade de serviço do transporte público, reformas estruturais que possam trazer benefícios para o trânsito na região. O Movimento Luta Popular esteve presente nas manifestações e declarou apoio à população local: "É necessário e urgente que se melhore as condições de transporte às populações da periferia de São Paulo. Assim como é uma absurdo o aumento dado pelo prefeito Kassab ao preço da passagem. Chamamos todos a se solidarizarem a se organizarem para essas lutas", diz o manifesto.

Tribunal Popular repudia decisão do Ministério Público

O Tribunal Popular soltou nota em repúdio à decisão do Ministério Público de impedir o Juiz da 43ª Vara Criminal Dr. Rubens Roberto Rebello Casara, de julgar os casos relacionados à operação policial no Complexo do Alemão.

Em nota é destacada a questão das declarações do juiz em relação aos abusos cometidos pela polícia nas operações nas favelas do Rio de Janeiro: "As suas declarações, demonstram que tal postura condiz com o seu papel, alertando para a gravidade dos fatos, que levam à violação dos Direitos Humanos e promovem ainda mais a violência do estado violento, que não respeita as regras mínimas definidas na Constituição Federal".

As operações da polícia no Rio de Janeiro fazem parte de uma política de mudança da cidade para receber os eventos esportivos dos próximos anos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, tratando com violência e descaso a população pobre que vive nos morros cariocas.

Livro discute relação entre Direitos Humanos e marxismo

No dia 12/3, foi realizado o lançamento do livro *Os Direitos Humanos na perspectiva de Marx e Engels*, de José Damião de Lima Trindade, Procurador do Estado, ex-Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Pau-

lo (APESP) e autor do livro *História Social dos Direitos Humanos*.

O livro é pioneiro no Brasil por discutir e investigar as relações entre o marxismo e os Direitos Humanos, com uma ampla base teórica e apresentan-

do relações práticas que podem ser instauradas entre as teorias de Marx e Engels e a crise que os Direitos Humanos vivem hoje no mundo. A obra une questões da filosofia e do direito, mas é acessível para todos os públicos.

Entidades lutam pela construção da Casa da Memória no RJ

Uma série de movimentos sociais e entidades civis estão organizando uma campanha para transformar a antiga Casa da Morte de Petrópolis, um dos centros de tortura e assassinatos durante a Ditadura Militar, no Rio de Janeiro, em um Centro de Memória da cidade. Uma petição online foi organizada e está pedindo adesões. Confira um trecho do manifesto:

"A Casa da Morte, como outros centros de extermínio de opositores, era mantida por empresários - um dos quais, o proprietário daquele imóvel. Segundo consta (e salvo engano), esse proprietário costumava participar diretamente de sessões de torturas. Para essa Casa da Morte eram levad@ apenas militantes a respeito dos quais havia a decisão de que se-

riam assassinados. A única exceção foi a nossa companheira Inês Etiene Romeo.

Imaginando que Inês já estivesse morta - depois de semanas de tortura, durante as quais foi currada algumas vezes - a repressão 'desovou' seu corpo numa avenida da cidade do Rio de Janeiro, para simular atropelamento. Inês estava viva, e conseguiu sobreviver.

Graças a ela, durante a campanha pela Anistia, foi possível localizar a mansão. Supõe-se que por lá passou Rubens Paiva (até hoje 'desaparecido'). Mas, sem qualquer sombra de dúvida, de acordo com depoimento de Inês, ali foi assassinado". Para apoiar o movimento, basta acessar: www.peticaopublica.com/?pi=P2011N7357.

ROLA NA RAMPA

Debate analisa situação da PUC-SP após as medidas do Consad

A APROPUC, juntamente com os Centros Acadêmicos, realizará um debate na sala 333, na quinta-feira, 17/3 às 19h. Sob o tema **Deliberação 01/2011: Como ficamos e para onde vamos**, o evento discuti-

rá as implicações que as medidas deliberadas pelo Consad (Conselho de Administração) ao fim de 2010, tiveram na estruturação da universidade. O debate é mais uma iniciativa tirada na assembleia de 15/2, quando os docentes reuni-

dos na APROPUC decidiram discutir com maior profundidade os desdobramentos que a crise puquiana assumiu nos últimos meses.

Nesta edição publicamos também um relato das primeiras conclusões a que os grupos de traba-

lho chegaram (veja páginas 5 e 6).

O trabalho das comissões continua aberto a todos os docentes e aqueles que quiserem participar devem entrar em contato através dos telefones 3865-4914 ou 3872-2685.

Mais um professor reintegrado à PUC-SP

Neste início de semestre mais um professor demitido da PUC-SP na grande leva de demissões ocorrida em 2006 foi reintegrado ao corpo docente da universidade. O professor Joaquim Souza Campos ganhou na Justiça, em última instância, o direito de lecionar na PUC-SP, com a mesma carga horária (tempo integral) e com o mesmo salário que possuía na época da demissão, baseado na chamada tabela em extinção.

A decisão, diferentemente do que ocorreu com outros professores que foram novamente demitidos, não pode retroagir, uma vez que Joaquim é não optante do sistema de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, já tendo adquirido a sua estabilidade.

Desde 1963 lecionando na PUC-SP, o professor Joaquim foi comunicado por telegrama de sua demissão.

Antes disso, o professor Joaquim era suplente no Consun e sua demissão intempestiva provocou grande comoção entre a comunidade que lotava a sala Joel Martins. Sua fala emocionada terminou da seguinte maneira: "Hoje é o meu último dia nesta



Professor Joaquim Campos fala durante a histórica sessão do Consun em 2006

universidade. Eu sou mais antigo que o Prédio Novo, meus alunos na graduação têm metade da idade que eu dediquei a esta universidade. Hoje eu lamento que o Sr. Cardeal não tenha tido cinco minutos para atender a um velho professor. [...] Vocês que ficam, tenham coragem. Gostaria de parafrasear o lema polonês que diz que, enquanto existir um polonês, existirá a Polônia. E eu digo: enquanto nós existirmos, existirá a PUC".

Centros Acadêmicos se reunirão com Reitoria

Na segunda-feira, 14/3, acontece uma reunião às 17h com o reitor Dirceu de Mello para conversar sobre questões levantadas pelos estudantes na ocupação da Reitoria em novembro de 2010. As pautas dessa conversa são as garantias dadas em reunião de negociação entre os estudantes e a

Reitoria para que eles desocupassem o prédio, como a diminuição do preço do bandeirão, abertura do edital de bolsas e de uma brinquedoteca. Entre as promessas para a desocupação e o ano de 2011 apenas a redução de 9,5% e não de 12,5% da mensalidade foi atendida.

Bolsistas reclamam de perseguição da PUC-SP

Dois ex-alunos da PUC-SP escreveram uma carta aberta à comunidade relatando suas dificuldades em pagar o valor de suas bolsas de estudo obtidas no final da década de 1990. Os estudantes estiveram na PUC diversas vezes para tentar negociar, porém os valores de parcelas pro-

postos não cabem na renda dos estudantes e só aumentam com os juros exorbitantes. Os ex-alunos correm o risco de perderem seus bens, que já estão sendo confiscados pela justiça se a negociação com a universidade não trazer uma proposta cabível à renda deles.

Continuam preparativos para os 140 anos da Comuna de Paris

Prosseguem os preparativos para as comemorações dos 140 anos da Comuna de Paris. Várias entidades (entre elas a APROPUC) organizarão na PUC-SP, no mês de maio uma série de debates e mesas-redondas. O **PUCviva** dará ampla cobertura ao evento.

Por enquanto fica a indicação de um link onde os interessados em se aprofundar sobre o assunto poderão encontrar um vídeo em francês sobre a Comuna de Paris: <http://video.google.com/videoplay?docid=-7612769772553247592#>